

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO  
DA ----- **VARA CÍVEL** DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
BRASÍLIA/DF

Autos:

**(PETIÇÃO SEM VISTA DOS AUTOS)**

-----, qualificada nos autos  
(cf. declaração de hipossuficiência à fl. **62**), por intermédio da  
Defensoria Pública do Distrito Federal, por ser economicamente  
hipossuficiente, com fulcro no artigo 3º, parágrafos 2º e 3º, e no artigo  
139, inciso V, do CPC/2015, requer a designação de **audiência de  
conciliação** para realização de acordo entre as partes para compor a  
lide.

Cuidando-se de processo de **busca e apreensão**,  
informa que deixa de apresentar contestação nesta oportunidade  
porque, nos termos do artigo 3º, parágrafo 3º, do Decreto-lei n.  
911/1969, com a redação dada pela Lei 10.931, de 2004, “o devedor  
fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da **execução** da  
liminar” [de apreensão do bem dado em garantia fiduciária]. Como a  
medida liminar de apreensão do bem não foi executada, o prazo para  
contestação não iniciou a sua fluência. Desde já, consigna o pedido de  
**imediata vista dos presentes autos à Defensoria Pública** caso seja  
noticiada a **execução** do mandado de apreensão do bem.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 26 de October de 2023.

DEFENSOR PÚBLICO